

Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul

Terciane Ângela Luchese*
Lúcio Kreutz**

Resumo:

Considerando a arquitetura escolar como elemento educativo, a proposta deste texto é discutir o processo de mudança que, inspirado nos ideais higienistas e civilizadores, impulsionou autoridades públicas a investirem na elaboração e na construção de espaços escolares. O enfoque da análise é a chamada Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e duas primeiras décadas do século XX. Entre as fontes de pesquisa se encontram os relatórios de cônsules, intendentes, inspetores e professores, as fotografias, as plantas baixas e as correspondências. As escolas funcionavam, nas primeiras décadas, em lugares adaptados para abrigar as “aulas”. A partir de meados de 1910, os intendentes passaram a indicar a necessidade de investir na construção de espaços reservados ao funcionamento de escolas que atendessem às exigências de luminosidade, ventilação, localização adequada e relativa estética.

Palavras-chave:

escolas públicas; arquitetura; Região Colonial Italiana.

* É doutora em educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** É doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

From improvised to planned schools: school spaces in the Area of Italian Colonization in the state of Rio Grande do Sul

Terciane Ângela Luchese
Lúcio Kreutz

Abstract:

Taking into account scholastic architecture as an educational element, this article discusses the process of change which, inspired by hygienistic and civilizational ideals, led public authorities to invest in the design and construction of school spaces. The analysis focuses on the Area of Italian Colonization in Rio Grande do Sul by the end of the 19th and the beginning of the 20th century. The research sources include reports by consuls, intendants, inspectors and teachers, photographs, floor plans and correspondence. In the first decades the schools were located in places adapted to become “classrooms”. From the mid’1910s onwards, intendants began to stress the need for investing in the building of spaces that should be exclusively reserved for schools and meet certain demands in terms of luminosity, ventilation, adequate location and aesthetics.

Keywords:

public schools; architecture; Area of Italian Colonization.

É de inteira conveniência para a higiene e mesmo disciplina escolar progredirmos nesta sonda, construindo prédios para as escolas, pelo menos nas cidades principais.

MANOEL PACHECO PRATES, 1908, p. 10

Considerações iniciais



Imagem 1: Foto de alunos, pais, inspetor escolar e professor Sílvio Stallivieri em frente à escola por ele regida.

Fonte: [ALUNOS....], [18-].

Nota: Na extrema direita, de chapéu, o agente consular da Itália na Colônia Caxias e inspetor das escolas de língua italiana, Domingos Bersani, e, a cavalo, seu filho Victor Ítalo Bersani. Já no início do século XX, o prédio passou a abrigar uma aula municipal mantendo como professor Sílvio Stallivieri.

A Imagem 1 apresenta a escola italiana do professor Sílvio Stallivieri. Para a fotografia, reuniu-se a comunidade escolar: pais, alunos, professor e inspetor escolar. Trata-se de uma das fotografias mais antigas da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul retratando a cena escolar. O prédio

foi construído em madeira e coberto pelas tradicionais *scândoles* (tabuinhas). Chama a atenção o uso de vidros nas janelas da casa – o que era raro para a maioria das antigas edificações locais. Era uma escola mantida pela comunidade, na zona rural, com ensino misto. No ano de 1908, esse prédio foi assumido pela Intendência de Caxias do Sul por meio de doação feita pela comunidade. Como escola municipal, manteve o mesmo professor, Sívio Stallivieri, até o ano de 1914 (conforme os registros encontrados nos relatórios dos intendentes). A Imagem 1 é, de certa forma, a síntese de como a escola, em seu aspecto físico, constituiu-se na Região Colonial Italiana: uma edificação erigida pela comunidade, em mutirão, que posteriormente doava ao município o terreno e a construção, buscando assim alcançar o benefício de vê-la provida pelo poder público.

A Região Colonial Italiana corresponde hoje aos municípios de Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Carlos Barbosa, Monte Belo do Sul, Santa Teresa e São Marcos. A colonização iniciada em 1875 foi feita prioritariamente por imigrantes italianos. Sua ocupação se fez a partir da normatização do chamado regulamento colonial de 1867 (BRASIL, 1967). No entanto, é válido lembrar que a citada lei obrigava a Comissão de Terras, responsável pela medição e demarcação dos lotes, a destinar locais para a administração, a igreja e a escola. Previa-se, portanto, a construção de uma escola para cada núcleo, privilegiando os filhos dos que se estabelecessem nas proximidades da vila. Entretanto, nem essa premissa parece ter sido cumprida, já que as primeiras escolas funcionaram junto à casa da administração. Indubitavelmente, a construção de um espaço específico para a escola é central para a compreensão do processo histórico, social e cultural de institucionalização desse lugar, pois

[...] a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja, por si mesma, bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende (VIÑAO FRAGO, 2001, p. 45).

Com base nesse pressuposto, são pertinentes algumas questões, tais como: em que espaços (lugares) foram construídas as escolas na Região Colonial Italiana? Foram edificados prédios específicos para abrigá-las? Quais os materiais empregados? Onde se localizavam? Como estavam organizadas interna e externamente? Quem as projetou? Quem empreendeu sua construção? Eram espaços de socialização utilizados pela comunidade em outros momentos? Que relação a escola mantinha com as famílias e a comunidade na qual estava estabelecida? Quais indícios a materialidade dessas construções, interna e externamente, evidenciam das práticas e culturas escolares?

Constituíram importantes referências para o diálogo com a empiria os estudos de Bencosta (2005), Certeau (1994), Escolano Benito (2004), Faria Filho e Vidal (2000), Vidal (2005) e Viñao Frago (1995, 2000, 2001).

Partindo dos questionamentos anteriormente enunciados e do diálogo teórico com os autores nominados, o presente texto pretende abordar tais questões a partir de fontes historiográficas diversificadas e considerando os contextos históricos específicos da região.

Dos espaços improvisados aos planejados: a construção das escolas na região

Sabe-se que as escolas públicas e mesmo as particulares e étnico-comunitárias funcionavam, nas primeiras décadas pós-colonização, em lugares improvisados, adaptados para abrigar a aula. Sua localização, no caso das zonas rurais, foi próxima a uma capela ou na própria capela – espaço social privilegiado na comunidade – ou, então, como nas sedes, em salas e residências familiares (de pais de alunos ou dos próprios professores), eram lugares emprestados ou alugados. Assim manifesta-se Viñao Frago (2001, p. 25):

No espaço tradicional da sala-escola de apenas um professor ou professora com meninos e meninas dos 5 aos 12/13 anos podia haver divisões internas mais ou menos marcadas em função das tarefas – ler ou escrever – ou dos graus ou seções em que se classificavam os alunos, ou inclusive espaços

anexos como a casa do professor ou um pequeno pátio, mas em síntese, o espaço escolar se reduzia à sala de aula.

Acrescente-se que foi possível encontrar situações em que os professores públicos propunham o ensino particular, recebendo alunos em casa, como preceptores:

Jacinto Targa, professor público, com 20 anos de magistério público e particular, *recebe em sua família até 5 alunos de fora* lecionando aos mesmos, além do português, os idiomas italiano e francês. Encarrega-se também de preparar os candidatos ao magistério público. Para mais esclarecimentos enviar correspondências ao mesmo em Nova Trento (Caxias). O professor – Jacinto Targa (O COSMOPOLITA, 1907, p. 3, grifos nossos).

Inicialmente, diferentes formas de organização do espaço escolar persistiram juntas. Mas, como registram Faria Filho e Vidal (2000, p. 23),

na década de 1870, os diagnósticos dos mais diferentes profissionais que atuavam na escola ou na administração dos serviços da instrução, ou ainda políticos e demais interessados na educação do povo (médicos, engenheiros...), eram unânimes em afirmar o estado de precariedade dos espaços ocupados pelas escolas, sobretudo as públicas, mas não somente essas, e advogavam a urgência de se construírem espaços específicos para a realização da educação primária.

No caso gaúcho, em 1896, o secretário do Interior e Exterior, João Abbot (1896, p. 5), identificado com os “ideais da moderna pedagogia” e, especialmente, com o projeto republicano, preconizava a necessidade de substituir progressivamente as aulas alugadas por espaços especialmente construídos para abrigar a escola:

[...] os aluguéis de casas têm-se elevado ao triplo e quádruplo, e as escolas estão estabelecidas, em sua maioria, em casebres ou salas pequenas que, além de não possuírem as condições higiênicas precisas, não comportam o número de alunos que a elas recorrem em busca do ensino. [...] É preciso que a escola tenha atrativos para o menino e que este a busque com prazer.

Mestres capazes, bem preparados e bem remunerados; escolas boas, melhores edifícios, claros e espaçosos: mobiliário escolar decente e moderno, – eis as primeiras e mais urgentes necessidades para a desejada reforma de ensino público e primário entre nós.

Cabe contrapor que, mesmo com muitas enunciações discursivas, no aspecto concreto, pouco se fez nesse sentido durante a Primeira República. Corsetti (1998, p. 384 e 387) fez a seguinte análise:

O custo sempre ascendente dos aluguéis constituiu-se, assim, em elemento complicador do quadro das condições materiais que cercavam os professores públicos, tanto nas maiores cidades como nos pequenos lugarejos do Estado [...] As condições físicas das escolas, portanto, só tiveram uma certa melhoria na década de 1920. Apesar das preocupações em relação à higiene e do papel a ser cumprido pela escola no campo da saúde preventiva, as condições das escolas foram precárias ao longo de todo o período estudado, na ampla maioria das pequenas escolas públicas espalhadas pelo interior do Rio Grande do Sul.

Em se tratando da Região Colonial Italiana, as escolas públicas ou permaneceram em salas/casas particulares alugadas, ou, preponderantemente, foram construídas pelas comunidades. Nas zonas rurais, foi em torno da capela, aglutinadora das sociabilidades, que as escolas foram erigidas. Bem lembra a professora Alice Gasperin (1984, p. 117), ao contar sobre a Linha Sertorina, em que, “[...] reunida, a sociedade resolveu construir uma escola no terreno da igreja, com moradia para a professora mais a mãe dela e a irmã”.

É importante salientar que a precariedade de certas instalações provocou reclamações por parte dos professores. Mostravam-se insatisfeitos com as condições de falta de luminosidade e de ventilação, espaço diminuto, ou insistiam na necessidade de se providenciar melhorias nas casas. Com relação às reformas das casas que abrigavam as escolas públicas, um dos indícios mais antigos foi localizado na reforma da “[...] aula pública de sexo masculino nesta Villa [Caxias do Sul], por ordem do Engenheiro Chefe da Comissão de Terras” (ADAMI, 1981, p. 44). A reforma foi feita em 1891, e a escola teve suas paredes internas caiadas com gesso e cola, colocação

de vidros, pintura externa, consertos nas escadas de pedra, na cozinha e na latrina. O assoalho nas duas entradas foi renovado, bem como a linha madre e os barrotes. Uma escada de madeira foi construída e toda a cerca restaurada. O valor despendido foi de 410\$000 réis (ADAMI, 1981, p. 44).

Medidas para melhorar as condições de espaço foram sendo tomadas, cada qual dimensionada de acordo com as possibilidades das intendências. José Domingues de Almeida, um dos primeiros professores públicos em Caxias do Sul e por breve período intendente, autorizou o pagamento de uma complementação do valor de aluguel pago pelo estado a fim de que as condições permitissem abrigar, na aula, os 80 alunos que em média frequentavam a escola da vila:

Intendência Municipal de Santa Tereza de Caxias, 2 de julho de 1895.

Ao tesoureiro.

Querendo que este município concorra de algum modo eficaz para o melhor desenvolvimento do ensino primário, e entendendo que pela insignificante quantia de 12\$000 réis pelo Governo do Estado destinada ao aluguel da aula desta Vila não pode obter o respectivo professor cômodo nas condições exigidas pela higiene escolar para cerca de 80 alunos, número a que tem atingido a frequência média da mesma aula, resolvo autorizar-vos a pagar para Rodolfo Felice Laner, proprietário da sala ocupada pela escola a quantia de 8\$000 réis anuais, a partir de 20 de fevereiro último, até que o Governo aumente aquela quantia de 12\$000 réis, conforme já foi pedido em ofício nº 23 de 9 de março próximo findo.

José Domingues de Almeida, Intendente (apud ibidem, p. 68-69).

Diversos professores enviaram em seus relatórios descrições da dificuldade de adequar o número de alunos ao espaço disponível, como o caso registrado a seguir:

Relatório do exercício e movimento da aula mista da vila de Caxias apresentado pela professora ao Cidadão Inspetor da 3ª Região Escolar [...] Prédio e Móveis. O prédio em que funciona esta aula, mesmo sendo dos melhores, não preenche o fim; *muito acanhado para comportar o número de crianças matriculadas, dificulta a manutenção da ordem e disciplina que são o pri-*

meiro desideratum em uma escola. Seus móveis estão em bom estado e foram fabricados com as convenientes vistas pedagógicas. Observações pedagógicas no sentido de corrigir defeitos. [...] Aula mista de Caxias, 30 de outubro de 1897. A professora (RELATÓRIO..., 1897, grifos nossos).

As queixas versavam também sobre melhorias necessárias a serem providenciadas:

Aula municipal mista do Travessão Borghetto. Cidadão Intendente Municipal. Rogo-vos que forneçais a esta aula os objetos pedidos na relação junta a fim de que possa no ano entrante cumprir bem com os meus deveres. Aproveite a oportunidade para pedir-vos que *oficieis ao cidadão Borghetti, proprietário da casa onde funciona esta aula a fim de que ele mande colocar vidraças nas janelas da sala de aula.* Saúde e fraternidade. A professora Ersilia Petry. *Consta ainda no ofício:* Oficieis ao Borghetti para colocar vidraças na sala onde funciona a aula. Caxias, 21 de janeiro de 1899. Campos Júnior (ibidem, grifos nossos).

As medidas para atender às demandas e aos melhoramentos considerados importantes e necessários pelos professores esbarravam, geralmente, na questão orçamentária dos municípios. Buscando regular essa e outras necessidades em Caxias do Sul, o intendente Penna de Moraes (1913), em 10 de janeiro de 1913, utilizando-se de dispositivo legal, reorganizou a distribuição das escolas e, no artigo 5º, prescreveu que

[...] os moradores do local em que funcionar a escola porão a casa em condições à disposição do município para que seja instalada. No caso que tenham de construí-la, obedecerá a instrução o requisito de ventilação e acesso de luz, a juízo do intendente.

Ou seja, incumbia à comunidade que quisesse ver a escola pública instalada providenciar para que o local existisse e fosse adequado.

Buscando encaminhar e resolver o problema, Penna de Moraes procurou a Secretaria de Obras Públicas do Estado. Esta confeccionou a planta que serviria de orientação para as novas construções. Algumas

casas já haviam sido construídas seguindo aquele padrão, conforme os recursos “modestos” que os colonos podiam destinar a tal empreendimento, citava ele em 1914. Em seu relatório, o próprio Penna de Moraes (1915, p. 17) comentava:

Mandei confeccionar na Inspetoria de Obras Públicas da Intendência uma planta para as modestas edificações que nas várias circunscrições rurais destinam-se à instalação das escolas. Nelas estão, tanto quanto possível, conciliadas as condições de higiene e estética indispensáveis nas casas onde funcionam quaisquer institutos de ensino. E, a despeito das dificuldades financeiras com que, no decorrer do ano, têm lutado os agricultores, já algumas delas estão prontificadas, segundo a planta referida. A todas as escolas fiz distribuir escudos com as armas nacionais. E o restante do material do ensino a que aludi no relatório do ano passado, como sejam os mapas, murais para ensino de geografia e rudimento das ciências naturais, ainda não me foi possível adquiri-lo, visto o não terem permitido os escassos recursos a esse fim destinados.

A fachada (vista externa) das escolas municipais de Caxias do Sul adotaria o modelo a seguir:

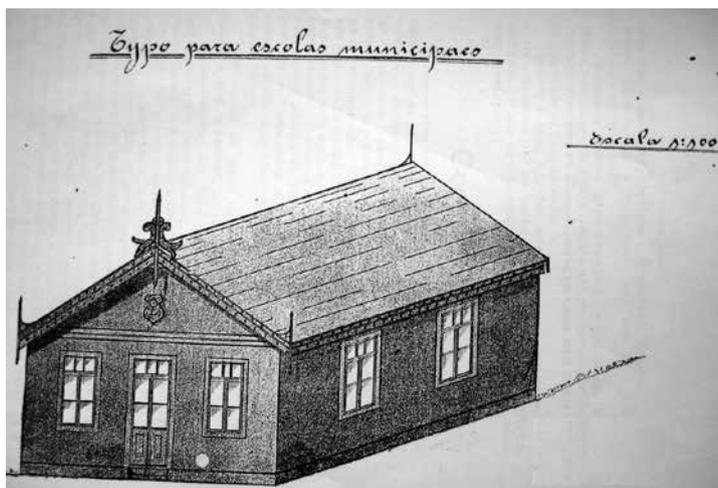


Figura 1: Projeção de como seriam as escolas municipais de Caxias do Sul– Secretaria de Obras Públicas do Estado.

Fonte: MORAES, 1915, p. 16.

De traço arquitetônico simples, o projeto não previa divisões internas do espaço. Constituíam-se de uma ampla sala ventilada por seis janelas e uma porta frontal. Não estavam previstas no projeto outras recomendações quanto ao espaço externo, a exemplo de pátio para recreação ou, como já havia em algumas construções, de local para a residência do professor.

A sistematização e a organização buscadas pelo intendente Penna de Moraes, de certo modo, já eram feitas de forma aleatória. Desde o final do século XIX, as comunidades construam ou emprestavam áreas para abrigar a escola. Há registros inclusive de doação de terreno, do empreendimento de mutirão comunitário para dar conta da necessidade de um espaço para abrigar a escola¹.

Reiterando considerações produzidas em anos anteriores, em 1916, Penna de Moraes renovou a enunciação da necessidade de edificar espaços específicos para as aulas, juntamente com a fiscalização assídua (ele mesmo fora inspetor estadual), como meios imprescindíveis para a maior eficácia do ensino. Afirmava ele (MORAES, 1917, p. 4. grifos nossos):

1 Para exemplificar, veja-se a seguinte transcrição: “Nós, Nissoli Valentino e Pasqua Nissoli, abaixo a nosso rogo assinados, proprietários de um pedaço de terras no lote n. 18 do travessão Dom Pedro II da sétima légua, *fazemos doação do dito pedaço de terra* com 23 metros de frente e 7 de fundo, confinando a Oeste com o travessão supra mencionado e pelo Norte, Sul e Leste com terras dos mesmos doadores aos moradores do travessão Dom Pedro II da 7ª légua representados pela comissão abaixo assinada, senhores Dall’Alba Agostino, Mazzotti Davide, Lenzi Cesare, todos moradores do mesmo travessão e domiciliados neste município *para o fim de ser construída uma casa para ser localizada a aula pública do dito travessão nas condições seguintes: 1º. A dita doação vigorará somente enquanto continuar a funcionar a dita aula. 2º. Sendo por motivos superiores suspensa a aula, o edifício ficará para ser ocupado por nova aula pública ou por aula particular. 3º. A comissão não terá direito de propriedade algum, sobre dito pedaço de terra que é exclusivamente doado para o funcionamento da aula.* Então, pela referida comissão foi dito que aceitava a oferta na forma expressa. E por se acharem assim concordes mandaram lavrar esta escritura particular que assinam fazendo o rogo dos doadores Dante Pellizzari com as testemunhas Ludovino Sartori e Jose Chiaradia. Declaram mais que estimam a presente doação em vinte mil réis. Caxias, 17 de abril de 1901”. [Em seguida constam as assinaturas] (CORRESPONDÊNCIA..., 1901, grifos nossos).

Torna-se ainda mister que *as escolas respectivas mereçam esse nome, sob o ponto de vista do conforto, higiene e relativa estética [...].* Refiro-me, principalmente, às condições das *casas destinadas ao funcionamento das escolas as quais, ainda que modestas, devem possuir aqueles requisitos, isto é, espaço, luz, ventilação e simpática aparência, além do material de ensino indispensável*, tal como: mapas murais, lousa, escudo com as armas nacionais, bandeiras etc.

A dificuldade (principalmente econômica) para dar conta da uniformização arquitetônica das escolas persistiu. Afirmou Celeste Gobbato (1925, p. 51), intendente de Caxias do Sul:

Vários têm sido os inconvenientes resultantes da circunstância de serem as casas onde funcionam as escolas de propriedade da sociedade local.

Nesse regime, a conservação das escolas torna-se difícil, bem como as reformas necessárias, atendendo que nem sempre os seus proprietários compreendem essas necessidades, além de não apresentarem a necessária uniformidade.

Essa situação embaraça, muitas vezes, a nomeação de professores que passam a ser impostos pelos proprietários sob a ameaça de não permitirem o funcionamento da escola. [...] Ainda, como consequência, o mobiliário escolar, deficiente e não muito próprio, pertence também às referidas sociedades, não sendo possível a reforma deles ou aumento por parte da municipalidade destes edifícios particulares.

Pela constatação de Gobbato, é possível perceber a importância que tinham as comunidades no empreendimento das escolas: em muitas delas, a casa e o próprio mobiliário ainda eram propriedade e investimento das famílias da localidade. A interseção e o jogo de poder sobre quem estava autorizado a “comandar”, a decidir sobre a escola e seus fazeres, ultrapassavam as prescrições públicas emanadas das autoridades. Na medida em que as famílias construía o local da escola, tornavam-se partícipes das decisões, das práticas e inclusive dos fazeres docentes, conforme apontam os indícios documentais.

Apesar de Gobbato (1918, p. 272-273) criticar a condição de muitas escolas pertencerem à comunidade, no álbum *O Rio Grande do Sul colonial* registrou-se, com relação ao município de Garibaldi:

A instrução municipal tinha, em 1916, 28 aulas públicas, de que apenas estavam então duas escolas vagas, achando-se providas todas as outras, que funcionavam em prédios próprios, expressamente feitos para esse fim, em cada secção, dados gratuitamente pelos colonos que também preparavam neles os compartimentos precisos para a residência do professor. São prédios espaçosos e ventilados, de excelente aspecto, com todos os preceitos de higiene escolar. O mobiliário também é feito e dado pelo colono, que ainda auxilia espontaneamente os professores com presentes, à vista da exiguidade dos vencimentos que percebem da municipalidade.

Os indícios em outras fontes talvez não permitam pensar com tanta positividade sobre os espaços escolares da região, como no relato do álbum. No caso de Bento Gonçalves, a questão do espaço escolar foi motivo de preocupação e planejamento evidente na administração de João Baptista Pianca, que era engenheiro. Registrou ele (PIANCA, 1924-1928, p. 10) em seu relatório:

Quanto à parte higiênica nas atuais aulas, foram introduzidos melhoramentos como caiação interna, colocação de janelas envidraçadas e separações indispensáveis; pelo Sr. Intendente Municipal já foi projetado um tipo de aula rural de conformidade com as resoluções do Congresso de Caxias, tendo sido fornecidas cópias aos municípios que tomaram parte naquela reunião [Congresso das Municipalidades]. Este modelo tem servido de base às novas aulas deste município. A atual administração pretende ainda dotar as sedes dos distritos de aulas cujos prédios serão construídos em conformidade com o projeto existente e criar nas aulas municipais o serviço regular de inspeção médica, é mais uma medida de higiene com que se procura melhorar o ensino.

O projeto elaborado por Pianca consistia no seguinte:

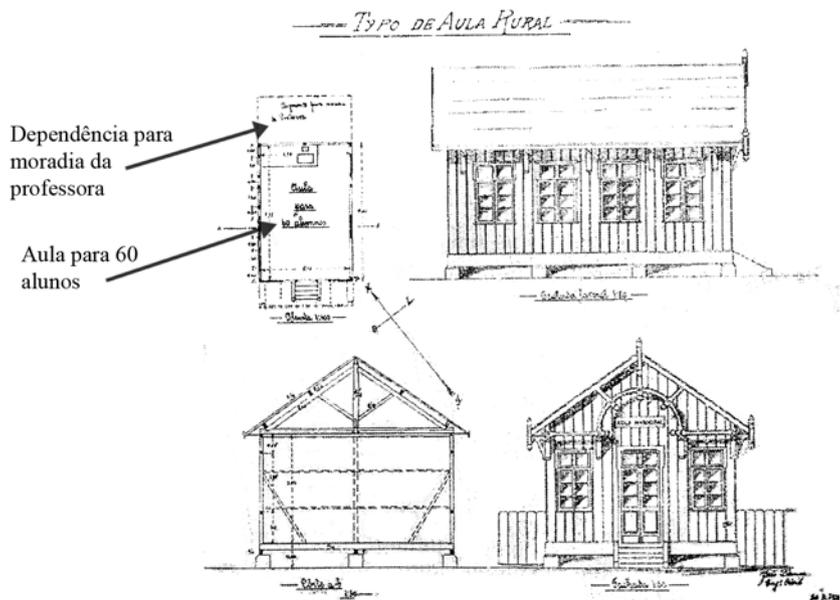


Figura 2: Projeto das escolas isoladas para Bento Gonçalves, construídas a partir de 1925. Fonte: PIANCA, 1924-1928, p. 10.

A construção de escolas rurais pelo projeto de Pianca previa o uso de madeira e separava o ambiente em dois espaços: o de aula e o de residência para professor. Tratava-se de uma construção simples, que não demandaria muitos custos e que poderia contar com o auxílio, para a edificação, da mão de obra em mutirão das próprias famílias interessadas em erigir uma escola em sua comunidade. Na figura a seguir, pode-se visualizar uma das escolas construídas seguindo o padrão arquitetônico projetado por Pianca:



Imagem 2: Foto da Escola rural na Linha Palmeiro, Bento Gonçalves, 1930. A construção segue os parâmetros arquitetônicos projetados pelo engenheiro e ex-intendente de Bento Gonçalves, doutor João Baptista Pianca.

Fonte: ESCOLA..., 1930.

Algumas escolas foram construídas entre os anos de 1925 e 1928, seguindo a orientação arquitetônica que Roman Ros (apud PIANCA, 1924-1928, p. 40), diretor do Colégio Elementar de Bento Gonçalves, assim avaliou:

[...] Compreendida a necessidade, que havia, de dar às casas rurais que servem de escola um estilo uniforme e correspondente às exigências da moderna pedagogia, confeccionou ele [João Baptista Pianca] uma planta, a que devem obedecer as novas casas que se forem construindo, e mandou remodelar as já existentes.

Fica muito evidente, nas enunciações discursivas de Pianca e Roman Ros, a conveniência de adaptar o ambiente escolar conforme as necessidades e as demandas pedagógicas, bem como a preocupação com as questões postas por higienistas. Como afirma Gondra (2003, p. 544):

Esse movimento, rumo a uma remodelação da escola, tinha no horizonte a utopia de produzir uma sociedade escolarizada, regenerada e homogênea. Uma escola e uma sociedade higienizada. Enfim, uma sociedade civilizada na medida em que se acreditava [...] vigorosamente na escola como “oficina da nacionalidade”, que seria nela que se forjaria “a têmpera de ações dos povos que conduzem à civilização”.

O sucessor de Pianca na intendência de Bento Gonçalves prosseguiu com o projeto de construção das escolas, conforme seu relatório, em detalhes:

Aulas municipais – a administração passada iniciou a construção de aulas nas sedes dos distritos rurais, sendo esse um dos serviços que muito recomendam a inteligência e descortino de meu antecessor, o qual chegou a concluir duas, uma na sede de 2º distrito e outra no povoado de Santa Tereza, 5º distrito. A construção da terceira, destinada ao 3º distrito, havia ficado contratada. Assim providenciei para a execução da obra que, pouco depois, foi terminada, passando a aula municipal a funcionar em prédio próprio e adequado. Faltam, ainda, mais duas, respectivamente, para as sedes do 4º e 6º distritos. Estas, logo que possível, serão construídas, ficando assim todos os distritos do município providos de edifícios próprios.

Na aula de Monte Belo, mandei construir as acomodações necessárias à residência do professor, conforme, aliás, consta do projeto de todas elas. Por medida de economia, fez-se apenas a sala de aula, deixando-se as residências para serem construídas quando necessárias, como aconteceu em Monte Belo onde o professor não conseguiu encontrar casa de moradia. Esse aumento obedeceu ao tipo de construção da aula, conservando suas linhas, constando de dois quartos e cozinha e custou a importância de Rs 3:000\$000, principalmente porque manteve o mesmo estilo do salão principal.

O terreno em que foi construída a aula da sede do 3º distrito, Jansen, será doado ao município (FREITAS, 1930, p. 46-47).

Vale considerar que o mesmo projeto que serviu de orientação para a construção de escolas em Bento Gonçalves foi enviado para Garibaldi, conforme atesta o seguinte ofício:

Intendência Municipal de Bento Gonçalves em 31 de julho de 1925.

Ilmo Sr. Antonio Paganelli, Intendente Municipal de Garibaldi

Tenho a honra de passar às vossas mãos um exemplar da planta para o edifício das escolas rurais que deverá servir de tipo, conforme deliberação tomada no Congresso de Caxias.

Valho-me da oportunidade para afirmar-vos os protestos de minha elevada estima e mui distinta consideração. Saúde e fraternidade. João Baptista Pianca.

Intendente (PIANCA, 1925).

Mesmo os colégios elementares e grupos escolares tiveram problemas de investimento nesse sentido. Para a instalação do colégio elementar, o estado exigia que os municípios providenciassem um espaço adequado ao seu funcionamento. Na ânsia de conquistar o benefício, os intendentes utilizaram, como no caso de Bento Gonçalves, parte do andar térreo da própria sede administrativa da intendência. Porém, em correspondência enviada ao presidente do estado, Borges de Medeiros, o intendente de Bento Gonçalves, Antônio Marques de Carvalho Júnior, denunciou os problemas decorrentes e solicitou que o governador ponderasse sobre a “necessidade urgente e inadiável” de um edifício próprio para o Colégio Elementar da Vila. Escreveu Carvalho Júnior (1923):

[...] O Colégio Elementar há cerca de 13 anos acha-se entranhado, em caráter prisioneiro, na parte térrea do edifício municipal, onde, ao saber, além de improvisar pela falta de elementos indispensáveis, ar e luz, não possuem [sic] os demais requisitos sugeridos pela pedagogia, bem como sinto a falta de comodidade, pois já não comporta o elevado número de alunos que matricula, visto que o professor da aula tomou como consequência lógica o engrandecimento da população.

Além disso, o Colégio acha-se em tal situação que nem sequer possa bater para recreio, pois o local é inapropriado, não há espaço para a preleção das classes reunidas.

Acuso a todos esses fatos a circunstância de estar ele localizado de modo tão desconfortável, que se vê obrigado a suspender seus trabalhos durante as sessões do Tribunal do Júri, que às vezes duram 2 e 3 dias, visto seu funcionamento perturbar aquelas solenidades, que exigem absoluto silêncio.

Finalmente o serviço forense e as seções da Intendência, especialmente de contabilidade, muito sofrem com a agitação natural das crianças, vindo desta forma perturbar os trabalhos, novamente durante os recreios, entradas e saídas das aulas. Em ofício n. 1199, de 23 de maio do ano próximo findo, o Sr. Dr. Secretário do Interior informou a esta Intendência haver o Governo do Estado resolvido construir edifícios apropriados para os Colégios Elementares, solicitando informação sobre a doação de um terreno por parte do município.

A resposta desse ofício consta de cópia ampla, pelo qual se verifica que o terreno acha-se há muito à disposição do Governo para a referida construção. Em vista do exposto tenho por fim sentenciar a V. Exa. o pedido, já feito, visto ser o fato uma medida de elevada importância para esta vila a edificação de um prédio para o referido Colégio.

Convicto de que o Benemérito Governo do Estado, que tanto interesse e dedicação tem sempre demonstrado pela instrução pública, vendo como esse grande melhoramento enriqueceria a soma de edifícios já designados a este município, de antemão penhorado, agradeço a V. Exa., valendo no ensejo para saudá-lo com os meus protestos da mais elevada consideração e incondicional fidelidade. – Saúde e fraternidade. – O Intendente – Antonio Joaquim Marques de Carvalho Júnior.

O Colégio Elementar de Bento Gonçalves esteve localizado no térreo da Prefeitura Municipal (que abrigava a parte administrativa da intendência, o tribunal e, aos fundos, a cadeia) durante mais de duas décadas. As aulas eram suspensas quando havia julgamentos e faltava espaço adequado para o recreio e as diferentes atividades pedagógicas. Se considerarmos as vantagens indicadas para a criação dos colégios elementares e as compararmos com o ofício escrito pelo intendente Carvalho Júnior, é possível verificar que entre as condições almejadas e as reais havia muitas diferenças.

Em 1929, no relatório do intendente Freitas (1930, p. 17-18), era destacado que

[...] em virtude de solicitação do Estado, o município adquiriu um terreno para a construção de um Colégio Elementar nesta vila, devendo-se doar a área de 10.000 metros quadrados. As obras de tão importante e indispensável melhoramento serão brevemente, conforme os desejos do benemérito Governo do Estado [...].

O edifício para abrigar o Colégio Elementar só foi construído na década de 1930 e inaugurado em 1936. A construção tornou o prédio da escola um espaço monumental, na época. Localizado na rua principal da cidade, era um dos melhores e maiores prédios de Bento Gonçalves.

Já o Colégio Elementar de Caxias do Sul foi instalado inicialmente em prédio pertencente à Sociedade Italiana Principi de Napoli, até meados de 1920, e depois transferido, conforme o documento:

Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre, 16 de novembro de 1920. Ao Sr. Presidente do Conselho Escolar de Caxias. O Sr. Secretário manda dar-vos conhecimento, para os devidos fins, de que a Societa Italiana di Mutuo Soccorso Principi de Napoli em requerimento de 8 do corrente, após justificativas, solicita providências no sentido de ser desocupado o prédio em que funciona o colégio elementar dessa cidade. Saúde e fraternidade. Servindo de diretor geral, Marcos Avelino de Andrade (ANDRADE, 1920).

Com a transferência, o colégio teria sido instalado em prédio adaptado para tal finalidade, até que em 1936 foi novamente transferido para prédio planejado e construído com esse intuito².

Outra situação que merece destaque é o caso do Grupo Escolar de Nova Vicenza. A professora Maria Mocellini (1926) denunciou em 10 de janeiro de 1926, ao intendente de Caxias do Sul, Celeste Gobbato:

Comunico-lhe que a casa onde moramos não é suficiente para o colégio, faltando as melhores comodidades.

- 1) A casa está colocada na rua.
- 2) Não tem água, nem quintal.
- 3) Tenho em vista a casa de Francisca Tomazini, que está em boa condição, no lugar muito próprio, tendo água, quintal, casa sobradada.

2 “[...] Aprovados os projetos-tipos, abriu-se concorrência pública, com o prazo de 30 dias, que terminará a 10 de outubro, para a construção de 16 edifícios escolares, em Pelotas, São Borja, Alegrete, Encruzilhada, Cangussú, Montenegro, Uruguaiana, Caxias, Vacaria, Bento Gonçalves, Torres, Taquara, Julio de Castilhos, Ijuí e Porto Alegre [...]” (VARGAS, 1929, p. 4, grifos nossos).

4) O dono, encontrando comprador, vende, segundo me consta, por onze contos e, se é para alugar, 50\$000 ou 60\$000 ou mais por mês, quantia que não posso pagar.

Com isto deixo ao seu dispor e peço-lhe fazer ciente ao digníssimo Dr. Protásio Alves, digníssimo Presidente Escolar da Instrução Pública.

Nestes termos, aguardo às suas ordens.

Saúde e fraternidade.

Maria Mocellini – Professora Pública.

Em 21 de janeiro de 1926, a referida professora enviou nova carta, lamentando a não aquisição da casa por ela sugerida como “ideal” para a escola. E, como resposta, recebeu outro ofício em que o presidente do conselho escolar a informava de que

[...] é fora de cogitações a possibilidade de compra do prédio em questão. O Estado não intervém no assunto de casas, sob nenhum pretexto, dando, por isso, uma quantia fixa à respectiva professora que resolverá soberanamente e como melhor lhe aprouver [...] (GOBBATO, 1926).

Apesar de veicular-se o discurso da necessidade de substituir os aluguéis por escolas planejadas e construídas especialmente para essa finalidade, os investimentos feitos foram em longo prazo.

É mister dar relevo à importante atuação dos professores na promoção efetiva de melhorias nas escolas. Inúmeros são os indícios documentais que apontam nesse sentido. Os professores requisitaram, deram a ver as problemáticas diárias por eles enfrentadas nos espaços inadequados em que as aulas estavam instaladas, indispueram-se pela precariedade de condições. Uniram-se aos pais para a construção de novos espaços ou buscaram junto com as autoridades locais a implementação de melhores condições. Nem sempre tiveram êxito, mas foram atores centrais no processo. A maioria dos primeiros professores da Região Colonial Italiana não possuía formação pedagógica, sendo que muitos possuíam apenas estudos primários. No entanto, eram, predominantemente, os mais instruídos da comunidade, e essa condição, somada à de serem “mestres”, gerava prestígio, respeito e liderança comunitária. Muitos foram

os professores que assumiram, dentro do meio social em que viviam, papel central nas questões religiosas, reivindicatórias e organizacionais, tornando-se representantes daquele grupo, quando não lideranças locais.

Em São Paulo e em outros centros urbanos maiores do país, as edificações escolares iniciadas em 1890 foram construídas visando à monumentalidade. Concebidas e construídas como *templos de saber* (SOUZA, 1998), traziam simultaneamente um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XX: o das escolas seriadas (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 25). Saliente-se que também no Rio Grande do Sul ocorreu processo similar e, no caso dos municípios em estudo, a concepção “monumental” de colégios elementares e grupos escolares se deu em meados das décadas de 1930 e 1940.

É importante referir que a Escola Industrial de Caxias do Sul, inaugurada em 1917, numa união de iniciativas estaduais e municipais, estava instalada em um espaço privilegiado para a época. Trata-se de uma construção que tinha a seguinte perspectiva:

[...] racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República (ibidem, p. 25).

Era uma espaçosa casa assobradada, em alvenaria, com cobertura de telhas artesanais, vidros nas janelas, bem ventilada e servida de iluminação.

No caso do município de Garibaldi, a conquista do grupo escolar foi efetivada apenas em 1926. A intendência providenciou a adaptação do espaço para a escola, conforme orientações passadas:

Porto Alegre, 12 de maio de 1925. O Sr. Dr. Secretário manda declarar-vos que podeis dar início à construção complementar que a Secretaria das Obras Públicas julga necessária, a fim de que o edifício oferecido por essa municipalidade para a instalação do grupo escolar possa comportar duzentos alunos, dando ciência a esta Secretaria da conclusão das obras no referido prédio. Saúde e fraternidade. Diretor-Geral (ALMEIDA, 1925).

O grupo escolar em Garibaldi foi instalado no antigo prédio da intendência. Porém, o local tinha necessidade de novos reparos, a fim de que comportasse a prática de exercícios físicos, conforme atesta o seguinte ofício:

Secretaria do Estado dos Negócios do Interior e Exterior. Porto Alegre, 20 de maio de 1926. Sr. Intendente Municipal. Tendo o Sr. do Grupo Escolar dessa vila oficiado a essa repartição pedindo autorização para mandar efetuar alguns reparos e obras de adaptação no prédio que essa Municipalidade ofereceu para a instalação do referido estabelecimento de ensino, solicito vossas providências no sentido de serem realizados por conta dessa Intendência os serviços necessários no edifício, assim como o nivelamento do terreno do mesmo a fim de permitir a realização dos exercícios de ginástica. Saúde e fraternidade. Diretor-Geral (ALMEIDA, 1926).

No mesmo ano de 1926, em julho, o diretor Menna Barreto Neto (1926), do grupo escolar, solicitava que outras reformas fossem efetivadas:

[...] 1ª. Transformarmos na parte térrea do prédio duas janelas em portas.

2ª. Faxinar o quintal e servi-lo com quatro fossas higiênicas.

3ª. Finalmente, uma ligeira caiação no frontispício do mesmo prédio.

Os móveis, infelizmente, não chegaram e a falta de professores cada vez mais acentua-se, visto a gradativa elevação da matrícula! De minha parte farei para que a mesma matrícula ascenda a um número considerável de alunos, tanto que atualmente trabalho com três turmas exaustivamente. [...]

Adaptações, reformas, carências e reclamações. O problema do espaço escolar persistiu. É correto reconhecer que a partir dos anos de 1920, na Região Colonial Italiana, as escolas improvisadas foram sendo aos poucos substituídas por escolas planejadas e construídas para abrigar o espaço específico de ensino, mas a demanda era maior do que a capacidade de investimento. No intuito de permitir uma breve quantificação da distribuição das escolas pelos municípios em estudo e compreender a expansão escolar na região, observe-se o quadro a seguir.

Ano ³	Garibaldi			Bento Gonçalves			Caxias do Sul		
	Escola primária subvencionada pelo estado ⁴	Escola primária municipal ⁵	Escola primária particular ⁶	Escola primária subvencionada pelo estado	Escola primária municipal	Escola primária particular	Escola primária subvencionada pelo estado	Escola primária municipal	Escola primária particular
1902	9	-	1	-	-	-	-	-	2
1903	12	-	1	-	-	-	-	4	2
1904	12	-	1	-	-	-	-	4	3
1905	-	-	-	-	-	-	-	4	3
1907	-	-	-	22	-	1	-	6	3
1908	-	-	-	24	-	-	-	-	3
1909	19	-	2	21	-	13	-	17	3
1910	-	-	-	20 ⁷	-	10	-	-	3
1911	-	-	-	15	-	12	8	8	3
1912	16	5	2	13	8	13	22 ⁸	16	7
1913	19	10	2	15	11	13	19	44	4

(continua...)

3 O ano de 1906 não consta, porque não foram localizados dados empíricos.

4 Como escolas primárias subvencionadas pelo estado, estão as escolas estaduais e aquelas para cuja manutenção o governo estadual liberava valores.

5 As escolas primárias municipais são aquelas que o município criou ou subvencionava.

6 Escolas primárias particulares eram todas as escolas particulares conhecidas e contabilizadas pela administração pública e que não recebiam nenhuma subvenção pública, como e, principalmente, as escolas confessionais. No caso de algumas, especificamente, como o Colégio Santo Antônio de Garibaldi e o São José, havia também o ensino secundário.

7 Bento Gonçalves passou a contar com um colégio elementar.

8 Caxias do Sul passou a contar com um colégio elementar. Consta ainda a observação de que na estatística apresentada não figuravam algumas escolas particulares.

(continuação...)

1914	19	7	2	22	9	9	19	45	4
1915	19	5	2	22	3	10	19	51	4
1916	19	9	2	31	3	9	19	47	4
1917	18	9	2	30	5	9	19	48	4
1918	21	7	2	28	6	9	19	51	4
1919	25	9	2	28	6	8	21	57	4
1920	29	8	4	30	6	8	21	72	4
1921	22	15	5	-	6	-	-	-	-
1922	-	-	-	-	6	-	-	-	-
1923	-	-	-	-	6	-	35	84	4
1924	-	-	-	30	6	3	-	24	-
1925	22 ⁹	19	2	-	30	3	28	63	20
1926	22	10	2	-	-	-	13	86	13
1927	-	-	-	-	-	-	12	88	12
1928	-	-	-	33	27	3	12	77	12
1929	-	-	-	30	31	3	13	61	-

Quadro⁹ 1: Escolas da Região Colonial Italiana¹⁰ – período de 1900 a 1929.

Fonte: RELATÓRIOS...

Elaboração dos autores.

9 Há também um grupo escolar criado a partir de 1925.

10 O quadro foi elaborado a partir de 1902, já que Garibaldi foi elevada à condição de município em 1900 e não há uma estatística mais organizada. Correspondências enviadas pelas intendenções e os dados apresentados nos relatórios dos intendentes de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul foram as fontes utilizadas para a elaboração do quadro. Há períodos em que as informações não aparecem, por isso há uma inconstância nos dados. Foram considerados, preferencialmente, os números de escolas efetivamente providas e em funcionamento. Nos dados estatísticos apresentados não figuram algumas escolas particulares.

Apesar de não ser possível auferir, pela documentação pesquisada, a quantidade exata de escolas no período e a distinção entre escolas urbanas e rurais, é possível pensar que a construção das escolas foi orientada, ao longo do período em estudo, pela escolha do terreno mais adequado, as condições ambientais de ar e de luz propícias, a localização nas áreas mais “centrais” das comunidades. No entorno, poucas eram as escolas que contavam com uma delimitação específica para o pátio. Mas aspectos arquitetônicos e higiênicos foram sendo assimilados para tornar o edifício escolar um espaço ideal para a “formação do homem novo brasileiro”. Varela e Alvarez-Uria (1992, p. 92) bem expressam:

O espaço escolar, rigidamente ordenado e regulamentado, tratará de inculcar-lhes que o tempo é ouro e o trabalho disciplina e que para serem homens e mulheres de princípios e proveito têm de renunciar a seus hábitos de classe e, no melhor dos casos, envergonharem-se de pertencer a ela.

A arquitetura e os espaços escolares instituem em sua materialidade um sistema de valores. Educam, formam e conformam corpos. São parte da “maquinaria escolar”.

Considerações finais

É possível, a partir dos indícios documentais, afirmar que houve diferenciações, na organização dos espaços de sala de aula (recursos disponíveis) e do prédio escolar, entre as escolas localizadas nas zonas urbanas e aquelas das zonas rurais. Houve diferenciações também com relação às diferentes iniciativas de escolarização. A cobrança de disciplina e frequência dos alunos, a rigidez no horário, o prédio espaçoso, os diferentes ambientes educativos, os professores qualificados – eis os diferenciais utilizados pelas escolas particulares, confessionais ou laicas com relação às escolas públicas.

Inicialmente, as escolas na Região Colonial Italiana estiveram localizadas em espaços provisórios e improvisados, e aos poucos, ao longo da década de 1920, especialmente, foram projetadas construções

específicas para abrigá-las. Elas eram em sua maioria escolas arquitetonicamente simples, em madeira e cobertas com as tradicionais *scândoles* (tabuinhas). A maioria delas foi construída pelo trabalho em mutirão das comunidades; recorrentemente, o próprio terreno e os materiais utilizados eram provenientes de doações comunitárias. Muitos foram os tensionamentos nas relações de interdependência entre as comunidades e as autoridades locais nos processos de gestão da escola, como foi possível perceber. Ao doar o terreno, construir a escola e, por vezes, fazer a provisão dos móveis escolares, as comunidades sentiam-se no direito de interferir no funcionamento destas, na nomeação/escolha dos professores. Em contrapartida, essa “atuação” de muitas comunidades foi considerada problemática pelos intendentes, por exemplo. E, em sendo assim, conflitos e consensos coexistiram entre comunidades e estado na promoção da escolarização naquela região.

Apesar de alguns projetos apresentados pelas municipalidades, muitas das obras carregavam como característica arquitetônica os traços culturais daqueles grupos que as construíram. A escola juntamente com a capela constituíram lugares centrais na organização social e expressão cultural dos imigrantes. Como afirma Demartini (2004, p. 93):

As teias de significados que acompanharam a implantação da instituição escolar são muito mais complexas, não podemos pensar apenas naquelas explícitas e implícitas no modelo de escola proposto pelo Estado em nome da população. É preciso verificar o outro lado, o lado da demanda, dos sujeitos envolvidos no processo, para aprendê-las e compreendê-las.

Acrescente-se ainda que nos turnos em que não havia aula o espaço escolar foi, especialmente nas escolas isoladas rurais, utilizado para a catequese e encontros da comunidade.

A arquitetura escolar e os diferentes espaços utilizados para a escolarização são elementos educativos. Autoridades públicas em negociação com as comunidades e inspiradas nos ideais higienistas e civilizadores investiram na elaboração e na construção de espaços escolares específicos, planejados para abrigar a escola. Estes espaços trouxeram consigo diversos traços culturais das comunidades que os ergueram, apesar do

intuito de conformação de corpos, produção da vigilância, uniformização para a formação do “novo homem brasileiro” que tinha especial sentido naqueles municípios por seus alunos serem em sua maioria crianças imigrantes ou filhas de imigrantes, portanto, “marcadas” pela “diferença cultural”.

Documentos pesquisados

ABBOTT, João. *Relatório apresentado ao presidente do estado do Rio Grande do Sul, senhor doutor Julio Prates de Castilhos, pelo secretário dos Negócios do Interior, doutor João Abbott, em 31 de julho de 1896*. Porto Alegre: Livraria Americana, 1896. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ALMEIDA, João Pio de. Ofício n. 1.431 remetido ao intendente de Garibaldi. In: *Correspondências recebidas*. Garibaldi: documento manuscrito, 1925. Acervo do Arquivo Municipal de Garibaldi. Não paginado.

_____. Ofício n. 1.615 remetido ao intendente de Garibaldi. In: *Correspondências recebidas*. Garibaldi: documento manuscrito, 1926. Acervo do Arquivo Municipal de Garibaldi. Não paginado.

[ALUNOS, pais, inspetor escolar e professor Sílvio Stallivieri em frente à escola por ele regida]. Caxias do Sul, [18-]. Fotografia doada por Conceição Brustolin Abel. Acervo fotográfico do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, código B1438.

ANDRADE, Marcos Avelino de. Ofício ao presidente do Conselho Escolar de Caxias. In: *Correspondências recebidas*. Caxias do Sul: documento manuscrito, 1920. Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Fundo Conselhos Municipais, Conselho Municipal Escolar, código 01.03.01. Não paginado.

BARRETO NETO, Menna. Ofício remetido ao intendente de Garibaldi. In: *Correspondências recebidas*. Garibaldi: documento manuscrito, 1926. Acervo do Arquivo Municipal de Garibaldi. Não paginado.

BRASIL. Decreto n. 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Aprova o regulamento para as colônias do Estado. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1867, p. 31-33.

CARVALHO JÚNIOR, Antônio Joaquim Marques de. Ofício ao presidente da província, Borges de Medeiros. In: *Correspondências expedidas*. Bento Gonçalves: documento manuscrito, 1923. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves. Não paginado.

CORRESPONDÊNCIA recebida. *Termo de doação*. Caxias do Sul: documento manuscrito, 1901. Arquivo Histórico João Spadari Adami, Fundo Educação, códice 06.01.02 – Diretoria de Instrução Pública. Não paginado.

ESCOLA rural da Linha Palmeiro. Bento Gonçalves, 1930. Acervo do Museu Histórico Casa do Imigrante.

FREITAS, Olinto Fagundes d'Oliveira. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Bento Gonçalves pelo intendente Olinto Fagundes d'Oliveira Freitas em 15 de outubro de 1929 e referente ao período de 15 de novembro de 1928 a 30 de setembro de 1929*. Porto Alegre: Editora Globo, 1930.

GOBBATO, Celeste. *Relatório do município de Caxias correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925, apresentado ao Conselho Municipal pelo intendente doutor Celeste Gobbato*. 1925. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Correspondências das Intendências Municipais do Rio Grande do Sul, AM.3 – 026.

_____. Ofício à professora Maria Mocellini. In: *Correspondências enviadas*. Caxias do Sul: documento manuscrito, 1926. Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Fundo Educação e Cultura, códice 06.01.08. Não paginado.

MOCELLINI, Maria. Ofício ao intendente, Celeste Gobbato. In: *Correspondências recebidas*. Caxias do Sul: documento manuscrito, 1926. Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Fundo Educação, códice 06.02.02. Não paginado.

MORAES, José Penna de. *Ato n. 4, de 10 de janeiro de 1913, reorganiza as aulas de Caxias*. Caxias do Sul: documento manuscrito, 1913. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Fundo Educação e Cultura, códice 01.01.01 (1913 a 1923). Não paginado.

_____. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias a 15 de novembro de 1914 pelo intendente Coronel José Penna de Moraes*. Caxias: Typographia Popular; Mendes & Filho, 1915.

_____. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal a 15 de novembro de 1916 pelo intendente Cel. José Penna de Moraes*. Caxias: Typographia Popular, 1917.

O COSMOPOLITA. Redatores diversos. Editor-proprietário: Maurício N. de Almeida. Jornal semanal, Órgão dos Interesses Coloniais, distribuído aos sábados, ano VI, n. 34, p. 3, 8 jun. 1907.

O RIO Grande do Sul colonial. Álbum. Barcelona: Estabelecimento Gráfico Thomas, 1918.

PETRY, Ersília. *Correspondências avulsas*. Caxias do Sul: documento manuscrito, 1899. Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Fundo Educação e Cultura, códice 06.01.03.

PIANCA, João Baptista. *Relatório da administração do intendente de Bento Gonçalves – João Baptista Pianca, 1924-1928*.

_____. Ofício ao intendente Antônio Paganelli, Garibaldi. In: *Correspondências expedidas*. Bento Gonçalves: documento manuscrito, 1925. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves. Não paginado.

PRATES, Manoel Pacheco. Introdução. In: *Relatório apresentado ao sr. dr. Carlos Barbosa Gonçalves, presidente do Rio Grande do Sul, pelo dr. Protásio Antônio Alves, secretário de Estado de Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1908*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1908. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

RELATÓRIO do exercício e movimento da aula mista da vila de Caxias apresentado pela professora ao Cidadão Inspetor da 3ª Região Escolar em 30 de outubro de 1897. Caxias do Sul: documento manuscrito, 1897. Arquivo Histórico João Spadari Adami. Não paginado.

RELATÓRIOS e correspondências enviadas pelos intendentes durante os anos de 1900-1929. Acervos disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves, Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

ROS, Ângelo Roman. *A instrução pública em Bento Gonçalves*. In: PIANCA, João Baptista. *I municipi della colonia italiana nello stato di Rio Grande do Sul (Brasile) – Bento Gonçalves, [S.L.] [s.n.]*, 1924-1928.

VARGAS, Getúlio. *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul na 1ª sessão ordinária da 11ª legislatura*, 20 set. 1929. Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Referências

ADAMI, João Spadari. *História de Caxias do Sul: 1877 a 1967*. 1. ed. Porto Alegre: EST, 1981.

BENCOSTA, Marcus Levy Albino (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1– artes do fazer*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CORSETTI, Berenice. *Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Santa Maria, Santa Maria, 1998.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Culturas escolares: algumas questões para a história da educação. In: FERREIRA, Antonio Gomes (Org.). *Escolas, culturas e identidades*. 1. ed. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2004, p. 91-102.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Las culturas escolares en España en la perspectiva histórica. In: FERREIRA, Antonio Gomes (Org.). *Escolas, culturas e identidades*. 1. ed. Coimbra: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2004, p. 113-127.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro; Campinas, v. 14, n. 14, p. 19-34, maio/ago. 2000.

GASPERIN, Alice. *Vão simhora: relato de imigrantes italianos da Colônia Princesa Dona Isabel do Rio Grande do Sul*. 1. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive

(Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 519-550.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Faces da presença e da participação de imigrantes italianos na história do Rio Grande do Sul: aspectos da trajetória de Celeste Gobbato (1912-1924). *Métis: história & cultura – Revista de História da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul*, v. 2, n. 3, p. 161-171, jan./jun. 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. 1. reimp. São Paulo: UNESP, 1998.

VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Revista Teoria da Educação: “Dossiê História da Educação”*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 68-96, 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 0, p. 63-82, set./dez. 1995.

_____. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. *Contemporaneidade e Educação: Revista Semestral de Ciências Sociais e Educação*, Rio de Janeiro, ano V, n. 7, p. 93-110, 1. sem., 2000.

_____. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Tradução Alfredo Veiga-Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Endereço para correspondência:

Terciane Ângela Luchese

Rua João Luchese, 39

Barracão

Bento Gonçalves – RS

CEP: 95700-000

E-mail: taluches@ucs.br ou terci@terra.com.br

Lúcio Kreutz
Rua Epifânio Fogaça, 430
Cristo Rei
São Leopoldo – RS
CEP: 93020-220
E-mail: lkreutz@terra.com.br

Recebido em: 30 jun. 2009

Aprovado em: 5 ago. 2011